

Sábado, 17, e segunda-feira, 19 de dezembro de 1988

## Imagen do Congresso prejudicada junto ao público

Pior que um Parlamento que erra é um Parlamento omisso. E que legisla em causa própria. Lamentavelmente, o Congresso Nacional, no encerramento da sessão legislativa de 1988, além de omitir-se das funções de sua exclusiva competência, segundo a Constituição em vigor, aproveitou a oportunidade do exame do reajuste salarial dos funcionários públicos para elevar, numa manobra regimental, os proventos de deputados e senadores.

No primeiro caso, o Congresso agiu, ao que tudo indica, inconstitucionalmente, deixando de assumir as suas responsabilidades. Como se recorda, os congressistas, cedendo a pressões políticas dos governadores, decidiram reduzir de CZ\$ 550 bilhões para CZ\$ 178 bilhões o pagamento das dívidas dos estados e municípios. Naturalmente, não podendo aumentar as despesas, o Congresso decidiu fazer cortes que compensassem essa diminuição, realocando recursos de uma área para outra. O principal alvo foi o orçamento de crédito da União, sendo comprimidas as verbas destina-

das ao apoio à exportação e à agricultura, principalmente.

Mas, estranhamente, os congressistas, à última hora, abdicaram de suas funções. Conforme entendimento prévio com o Executivo, a diminuição do volume da rolagem das dívidas das unidades federativas permanece, mas o Congresso transferiu ao presidente da República a responsabilidade de fazer os cortes compensatórios. O Orçamento Geral da União (OGU), encaminhado à sanção presidencial, limitou-se a indicar as áreas em que as reduções de verbas poderão ser efetuadas, mas não mencionou valores, abrindo mão de uma de suas prerrogativas mais reclamadas nos últimos anos. E mesmo as áreas indicadas poderão ser objeto de questionamento constitucional.

Informa-se que, em face da atitude do Congresso, a tendência do governo seria vetar parcialmente o projeto de lei do Congresso Nacional, com base no princípio da constitucionalidade.

Está claro que o Congresso Nacional, no final melancólico de

sua última sessão de 1988, procurou preservar-se junto a grupos de interesse, abrindo um novo flanco para ataques ao governo, caso este decida fazer o que é necessário. Mas, sem dúvida, prejudicou muito a sua imagem junto ao público. Incapazes de tomar resoluções sobre cortes, os congressistas resolveram, agindo à socapa, aumentar os salários de deputados e senadores para CZ\$ 7,5 milhões por mês, passando por cima de um acordo de lideranças.

Ora, ainda está na memória de todos que, depois de a Assembleia Nacional Constituinte ter decidido acabar com a isenção do Imposto de Renda sobre parte dos salários relativa a subsídios diversos aos parlamentares, eles próprios reajustaram as suas ajudas de custo, de modo que, liquidamente, passassem a receber a mesma quantia anterior. Aliás, o governo agiu de idêntica forma com relação aos soldos dos militares e os proventos pagos aos membros da magistratura.

É apenas de justiça deixar registrado que não foram poucos os congressistas que consignaram o

seu protesto quanto ao novo aumento que os parlamentares se concederam. Mas, infelizmente, o protesto desses representantes do povo não será suficiente para que a imagem de uma instituição como o Congresso, de que tanto depende o aperfeiçoamento da democracia no País, venha a ser novamente denegrida por elementos interessados em seu desprestígio.

Queremos, finalmente, deixar claro que não somos contrários à fixação de remuneração dos parlamentares em níveis compatíveis com a função de responsabilidade que exercem ou devem exercer em tempo integral. O que nos parece absolutamente inaceitável é que o debate relacionado à questão dos subsídios não se faça às claras e um assunto que diz tão de perto à sensibilidade popular seja decidido na calada da noite, na última sessão do Congresso no ano que se encerra.

Esperamos que estes sejam apenas episódios isolados e que o Congresso não volte, ao fim do recesso parlamentar, a apresentar, como fez agora, uma caricatura de si mesmo.